









Campus Universitário do Guamá, R. Augusto Corrêa, Setor de Recreação Vadião - Guamá, Belém - PA

Ano XVII ● JUNHO - 2022 ● imprensa@adufpa.org.br ● www.adufpa.org.br



HISTÓRIA DE LUTA

ADUFPA celebra 43 anos em defesa da Educação Pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada

PEC 206

Cobrança de mensalidades é parte do plano do governo Bolsonaro para destruir as universidades públicas

Página 3 Página 6



EDITORIAL



ma greve necessária e urgente. É assim que entendemos que a UFPA precisa enfrentar o projeto de desmonte da Educação encabeçado pelo presidente Bolsonaro. Os ataques não param e não podemos ficar de braços cruzados observando a falta de respeito com docentes, técnicos e estudantes que fazem o ensino superior e a educação básica no Brasil

educação básica no Brasil. No dia 24 de maio fomos surpreendidos com a tramitação da PEC 206/2019, projeto de emenda constitucional que prevê a alteração do artigo 206 da Constituição Federal e prevê a cobrança de mensalidade nas universidades. Fomos para o enfrentamento e conseguimos barrar a votação e retirá-la da pauta. Mas as ameaças continuam e não tardam a chegar.

Em menos de uma semana após a PEC 206, Bolsonaro anunciou o corte de R\$ 3,2 do MEC, o que representa R\$ 1 bilhão do Ensino Superior. Com menos R\$ 28 milhões, a UFPA corre o risco de fechar as portas a partir de agosto, segundo afirmou o próprio reitor, Emanuel Tourinho.

A UFPA não pode parar e é por isso que estamos em greve. Nossa pauta é Unificada e reflete os anseios da comunidade acadêmica. Estamos vivendo tempos difíceis, porém nos mantemos firmes na luta e não vamos parar até que nossas reivindicações sejam atendidas.

A ADUFPA tem história, uma história que alcançou 43 anos no dia 18 de maio, construída na luta em defesa da Educação Pública e Gratuita. Seja nos campi, nas ruas, nos nossos espaços onde valorizamos a cultura e a diversidade, somos um sindicato de "Luta e Resistência com Autonomia" que não cede às dificuldades da história e acredita em dias melhores.

Temos orgulho em ser ADUFPA! Vem pra luta!

Informe Jurídico



ADUFPA-SS, por meio de sua assessoria jurídica, informa aos seus associados e, também, à categoria docente sobre as últimas movimentações havidas nos processos abaixo mencionados e, ainda, as últimas deliberações a respeito de ações judiciais de interesse da categoria:

PROGRESSÃO E PROMOÇÕES FUNCIONAIS: A Diretoria da ADUFPA juntamente com a assessoria jurídica planejam para breve um mutirão em sua sede administrativa para atender a todos os docentes da UFPA que ainda não tenham judicializado seus pedidos de progressões e/ou promoções funcionais. Tal mutirao objetiva orientar os docentes, bem como ultimar a propositura de ações judiciais para garantir aos membros da categoria docente seus direitos às promoções e progressões funcionais, conforme dispõe a legislação pátria. Portanto, reitera-se aqui orientação já formulada por essa assessoria jurídica, para que os docentes da ÚFPA que já preencheram os requisitos para progressão/promoção, requeiram administrativamente suas respectivas promoções/ progressões, uma vez que desde fevereiro/2018 os órgãos da administração pública federal deixaram de promover tais progressões de maneira acumulada, bem como

não efetuam pagamento de verbas relativas as ditas promoções/progressões de forma retroativa. Desta forma, para evitar maiores percalços sugerimos aos docentes que requeiram administrativamente seus direitos de maneira imediata ao cumprimento dos requisitos exigidos por lei, e em caso de indeferimento procurem a assessoria jurídica do sindicato para a promoção da ação judicial respectiva.

AÇÕES DE EXECUÇÃO DOS 3,17%: As ações de execução dos 3,17% continuam em diligencia diuturna por parte da assessoria jurídica da ADUFPA para que em breve consigamos efetivar o pagamento dos créditos relativos as referidas ações. Para tanto, solicitamos aos docentes que mantenham seus dados pessoais atualizados junto a secretaria da ADUFPA, para que quando da liberação dos créditos possamos facilmente localizar o docente e efetuar o pagamento do que lhe é devido.

PLANTÕES DA ASSESSORIA JURÍDICA DA ADUFPA: Os plantões da Assessoria Jurídica da ADUFPA são realizados nas quartas feiras, de 14h às 17h, e nas sextas feiras de 9:00 às 12h. Os canais de atendimento virtual permanecem os mesmos, por meio do e-mail jurídico@ adufpa.org.br.

EXPEDIENTE

DIRETORIA

Diretoria Geral Interina:
Adriane Raquel Santana de
Lima (ICED)
Secretaria Geral Interina:
Simone Negrão de Freitas
(Castanhal)
Tesouraria Geral:
Vera Lúcia da Rocha Pereira
(Aposentada)
Tesouraria Adjunta:
Nádia Socorro Fialho
Nascimento (ICSA)
Diretoria de Política de Formação
Sindical:
Ivan Carlos Ferreira Neves
(EAUFPA)
Diretoria Adjunta de Formação
Sindical:

Elen Lúcia Marçal de Carvalho (ICSA)
Diretoria de Política Social:
Lilian Simone Amorim Brito (Aposentada)
Diretoria Adjunta de Política Social:
Ailton Lima Miranda (EAUFPA)
Diretoria de Interiorização:
Nelivaldo Cardoso Santana (Altamira)
Diretoria Adjunta de Interiorização:
Fátima de Souza Moreira
1ª Suplência: Dalva de Cássia Sampaio dos Santos
2ª Suplência: Otávio Luiz
Pinheiro Aranha

JORNAL

Jornal ADUFPA é uma publicação da Associação de Docentes da Universidade Federal do Pará – Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Fone: (91) 3249 0176 Endereço eletrônico: imprensa@adufpa.org.br

Site: www.adurpa.org.br Edição e Redação: Danielle Ferreira (DRT 16161) e

Priscila Duque (2720 SRTE/PA) Diagramação: Eraldo Paulino

Fotos: Priscila Duque, Danielle Ferreira e Reprodução

Projeto Gráfico e diagramação: Eraldo Paulino









undada em 18 de maio de 1979, a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará (ADU-FPA), filiada ao ANDES-SN, foi fruto de um intenso processo de luta e organização coletiva.

Em fins de 1978 e início de 1979, após muita articulação, sessenta e seis professores se reuniram e assinaram a ata de fundação. Atravessando o contexto da ditadura cívico--militar-empresarial, implantada em 1964 e que, como sabemos, durou vinte e um dos piores anos que havíamos conhecido, antes deste período atual de necropolítica e nova ascensão da extrema direita no poder.

Nessas mais de quatro décadas, além de nascer e resistir

contra a ditadura brasileira, nos organizamos contra leis e medidas retrógradas que atacaram a autonomia; qualidade do ensino, pesquisa e extensão; que visavam precarizar a carreira docente ou que não acataram posicionamentos coletivos da categoria, reagimos com mobilizações e greves em defesa da Educação e Universidade públicas contra os presidentes: João Batista Figueiredo (ARENA/PDS), José Sarney (PMDB), Fernando Collor de Melo (PRN), Itamar Franco (PMDB), Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Lula e Dilma (PT), Temer (PMDB).

Neste momento, em que o país atravessa uma pandemia, associada à grave crise eco-

nômica, sofrendo com índices alarmantes de desemprego, fome, inflação de dois dígitos, ataques grotescos às liberdades individuais e coletivas, sob o desgoverno de um pseudo-presidente, um genocida chamado Jair Bolsonaro (PSL/ PL), seguimos atuando com compromisso e coragem em defesa dos interesses dos docentes, da Educação, do serviço público, e de toda população trabalhadora brasileira.

Para celebrar essa história, que completou 43 anos no último dia 18 de maio, a ADUF-PA organizou um café da manhã, com bolo e mobilização, no segundo portão da UFPA, campus do Guamá. A oportunidade também foi de diálogo com a comunidade acadêmica sobre nossa luta contra os cortes, por mais investimentos para a Educação Pública e pelo reajuste emergencial de 19,99% aos servidores públicos federais.

A direção "ADUFPA de Luta e Resistência com Autonomia" - Biênio 2021/2023 não cede às dificuldades da história e acredita em dias melhores, que serão conquistados pela resistência coletiva. Temos orgulho por fazer parte desta trajetória de luta e coragem de muitas professoras e professores da UFPA.

Parabenizamos todxs docentes que dedicam seu tempo e vida para manter a ADUFPA viva e atuante na Amazônia. Parabéns ADUFPA! Viva o Movimento Docente brasilei-











pós um mês intenso de mobilizações nos campi da capital e interior, docentes da UFPA deflagraram a greve no último dia 06 de junho, segunda-feira. A decisão foi tomada em assembleia, no dia 23 de maio, quando também foi definida a composição do Comando Local de Greve, além do calendário de reuniões nas unidades para ampliar o debate com a categoria e com toda a comunidade acadêmica.

Durante as duas últimas semanas de maio, a Adufpa, ANDES-SN Regional Norte II e o Sindtifes-PA organizaram mobilizações e reuniões unificadas com docentes, técnicos-administrativos e estudantes nos campi e setores da UFPA, de forma presencial, híbrida e online, no intuito de ouvir a opinião e reivindicações da comunidade. As reuniões tiveram ampla participação, com manifestações majoritárias de concordância com a greve.

Além das mobilizações no estado, uma delegação da ADUFPA também esteve presente no Dia Nacional de Luta, realizado em Brasília (DF), no dia 31 de maio, em defesa do reajuste salarial de 19,99%. Após a manifestação na Esplanada, os

servidores e as servidoras participaram de uma audiência pública com parlamentares da Liderança da Minoria, no auditório Nereu Ramos na Câmara dos Deputados. As categorias do funcionalismo público cobraram a abertura imediata de negociações com o governo Bolsonaro.

Greve iniciada com forte adesão da categoria

Uma panfletagem nos portões 2 e 3 do campus Guamá, arrastão de mobilização no campus Profissional, instalação do Comando de Greve e apresentação do orçamento da UFPA, no Mirante (campus Básico), com transmissão ao vivo via Youtube, marcaram o início do movimento paredista em Belém. Os campi de Altamira, Castanhal, Cametá e Bragança também aderiram ao movimento.

No final de maio, o governo federal bloqueou 14,5% no orçamento discricionário do MEC e unidades vinculadas, o que representa cerca de R\$ 1 bilhão a menos para as universidades federais. Segundo anunciado publicamente pelo

próprio reitor Emmanuel Tourinho, em entrevista à grande mídia, a UFPA corre o risco de parar as atividades, com R\$ 28 milhões a menos no orçamento, o que torna ainda mais urgente uma mobilização da comunidade acadêmica e o enfrentamento aos ataques do governo federal contra a Educação Pública.

A greve reivindica também a recomposição salarial de 19,99%, a revogação da Emenda Constitucional 95/16, que impõe o Teto dos Gastos, e o arquivamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, da contrarreforma Administrativa e da PEC 206/2019, que prevê a cobrança de mensalidade nas universidades públicas federais.

Antecedendo a greve, no dia 02 de junho, docentes, técnicas e técnicos-administrativos e estudantes realizaram uma plenária unificada, no intuito de mobilizar a comunidade em torno da greve. Um dos encaminhamentos definidos foi a ocupação dos campi, na capital e no interior, para dialogar com a comunidade acadêmica sobre a pauta e, ainda, sobre os cortes orçamentários que atingem a Educação pública.











PAUTA UNIFICADA

Local

Garantir direito às promoções e progressões funcionais, conforme dispõe a legislação pátria (uma vez que desde fevereiro/2018 os órgãos da administração pública federal deixaram de promover tais progressões de maneira acumulada, bem como não efetuam pagamento de verbas relativas às ditas promoções/progressões de forma retroativa);

Ampliação dos RU's;

Ampliação da Assistência Estudantil e melhoria no atendimento à saúde estudantil;

Arquivamento da proposta do Fundo Patrimonial;

Contratação de pessoal (docente e técnico) via concurso público;

Pela melhoria da estrutura física e logística dos campi.

Defesa da jornada de 30h para tod@s @s Taes e contra o ponto eletrônico;

Retorno das refeições no RU a R\$ 2 para trabalhadores/as terceirizados/as, Taes e docentes;

Não à cessão dos bens e Taes da UFPA à Ebserh. Revogação do contrato com essa empresa;

Não à terceirização na UFPA. Lutar pela reativação de concurso público de cargos extintos.

Nacional

Contra os cortes orçamentários, pela recomposição dos investimentos públicos para a Educação

Pública;

Reposição salarial emergencial da inflação do governo Bolsonaro, estabelecida em um reajuste linear de 19,99% para todas as categorias;

Contra o Decreto 11.072, de 17 de maio de 2022 (regulamenta teletrabalho e controle de produtividade no Executivo federal);

Contra as intervenções, em defesa da autonomia universitária;

Revogação da Nova Lei do Ensino Médio e das Novas Diretrizes para Educação Profissional e Tecnológica;

Imediata revogação da EC/95 (o famigerado "teto dos gastos");

Retirada definitiva da PEC 32 (Reforma Administrativa).



E O ORÇAMENTO DA EDUCAÇÃO VAI PRA ONDE?

PEC 206 tem como principal justificativa o autofinanciamento do Ensino Público Superior



◀ sonaro, a Educação Superior foi no-✓vamente ameaçada, dessa vez por um projeto de emenda constitucional que prevê a alteração do artigo 206 da Constituição Federal, que trata da gratuidade do ensino nas instituições federais. A PEC 206/2019 entrou na pauta da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara no dia 24 de maio, sem nenhum debate prévio.

A PEC, de autoria do deputado federal general Peternelli (União Brasil-SP), propõe a alteração com nova redação no inciso ÎV do Art. nº 206 da Constituição Federal para a seguinte forma: "O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, ressalvada a hipótese do art. 207,

O art. nº 207, contém a seguinte redação: As instituições de ensino superior devem cobrar mensalidades, cujos recursos devem ser geridos para o próprio custeio, garantindo-se a gratuidade àqueles que não tiverem recursos suficientes, mediante comissão de avaliação da própria instituição e respeitados os valores mínimo e máximo definidos pelo órgão ministerial do Poder Executivo. Dessa forma, as IFE's estariam autorizadas a cobrar mensalidades nos seus cursos, a partir da alteração do dispositivo consti-

Im mais uma falácia do governo Boltucional. O relator do projeto é o deputado federal Kim Kataguiri, que justificou a cobrança de mensalidade nas universidades federais como uma forma de diminuir as desigualdades sociais no país. Segundo ele, "a maioria dos estudantes dessas universidades acaba sendo oriunda de escolas particulares e poderiam pagar a mensalidade". Justificativa descabida e totalmente equivocada.

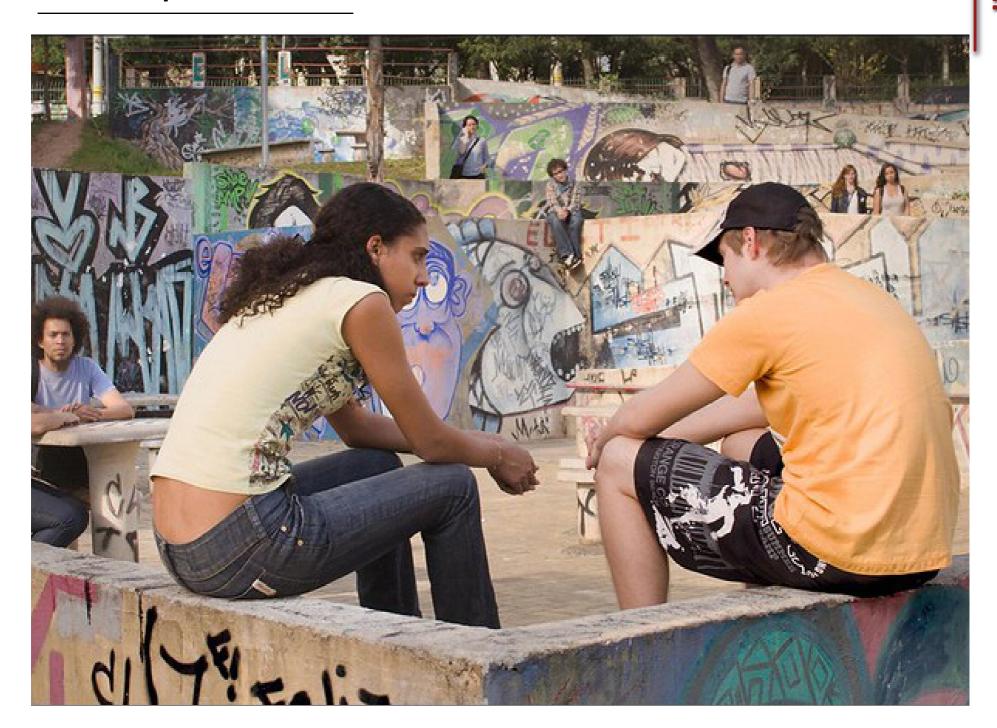
Nos últimos dez anos, com a implementação das cotas socioeconômicas e raciais, estudantes da periferia, pretos e pobres, conseguiram acessar uma universidade pública. Segundo dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), de 2018, 70,2% dos alunos matriculados estão na faixa de renda mensal familiar per capita de 1,5 salário mínimo e 64,7% cursaram ensino médio em escolas públicas.

O ANDES-SN mobilizou toda a sua categoria para dizer não à cobrança de mensalidades nas universidades públicas e, junto com estudantes e a FASUBRA, pressionou os parlamentares e conseguiu barrar a votação, que foi retirada da pauta. Vencemos essa etapa e seguimos atentos a tramitação dessa e de todas as propostas que intentem acabar com a educação pública no Brasil. Abaixo a circular do ANDES-SN.





CINE RESISTÊNCIA CELEBRA O DIA DA MULHER NEGRA, LATINA E CARIBENHA



Cine Resistência celebra o Dia da Mulher Negra, Latina e Caribenha, com a exibição do curta-metragem "A boneca e o silêncio", produção brasileira (2015) dirigida e roteirizada por Carol Rodrigues, que traz os desafios no cotidiano da mulher negra, pobre e periférica e questões como gravidez, aborto e o preconceito. Na trama, a atriz Morgana Naughty interpreta Marcela, uma garota negra de 14 anos que, de forma solitária e silenciosa, precisa decidir se segue com a gravidez e fica com o namorado, ou se interrompe a gestação mesmo sem ter dinheiro para um procedimento seguro. Além disso,

várias questões são trazidas à tona, como a necessidade da legalização do aborto – principalmente para mulheres pobres e periféricas que não têm como pagar pela interrupção segura da gravidez –, o tabu que é falar sobre o assunto, a solidão de passar por um momento como esse, os riscos à vida das mulheres e a negligência masculina.

"A boneca e o silêncio" traz um debate político e social em torno da violência e o desamparo à mulher negra. Dados do dossiê "Mulheres Negras e Justiça Reprodutiva", realizado pela ONG Criola, mostram que a pandemia de Covid-19 ampliou a vulnerabilidade social dessas mulheres, que sofreram mais violações de direitos. Desemprego, violência sexual, mortalidade por abortos, estão entre os indicadores do estudo.

No Brasil, 64.256 mulheres em idade fértil morreram durante o período pandêmico de um ano (março de 2020 a março de 2021), sendo 56,42% delas (36.255) mulheres negras. "Dentre as principais causas de morte materna está o aborto criminalizado. Porém, as desigualdades raciais não se expressam apenas no número de abortos provocados. É possível identificar que mulheres pretas em situação de abortamento interromperam

a gravidez mais tardiamente; declaram ter enfrentado mais barreiras institucionais, em comparação às brancas", diz a pesquisa.

O 25 de julho, Dia da Mulher Negra, Latina e Caribenha, foi instituído em 1992 no 1º Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas, na República Dominicana. O evento surgiu para dar visibilidade à luta das mulheres negras contra a opressão de gênero, a exploração e o racismo. No Brasil, a data homenageia a líder quilombola Tereza de Benguela, símbolo de luta e resistência do povo negro contra a escravidão no século XVIII.

EDUCAÇÃO PÚBLICA:









Penso que a ADUFPA é um instrumento da nossa coletividade docente e não temos como nos esquivar das questões coletivas que interferem na nossa vida individualmente. É ilusão achar que estamos sós, cada um na sua. Aliás, pelo contrário, sempre me vi no coletivo dos que, organizadamente, lutam pelo que é justo. Na minha atividade profissional, não teria como ser diferente.



- EAUFPA -

CONVÊNIOS

FONOAUDIOLOGIA

Reabilita: fonoaudiologia e terapias associadas (DESCONTO 15%) Presencial e Teleconsultas

- Especialidades - Fonoaudiologia
- Fisioterapia
- Terapia Ocupacional
- Psicologia
- Nutrição

GESTÃO AMBIENTAL

Green City Gestão Ambiental e Sanitária (DESCONTO 20%)

Serviços:

- Sanitização de ambientes
- Controle de pragas
- Perfuração, higienização de poço e outorga
- Estação de tratamento de água
- Higienização e desinfecção de reservatório de água
- Capinagem e roçagem profissional
- Instalação e manutenção de centrais de ar condicionado

Ótica Natasha (DESCONTOS DE

20% a 30%) Rua Antônio Barreto, 744, entre 14

ÓTICA

de março e Generalíssimo Deodoro

LIVROS

Confraria do Livro

- Descontos à vista e no cartão de crédito
- Descontos de 30% nas editoras parceiras
- Crediário próprio

NUTRICÃO

Nutricionista Andréia Oliveira (CONSULTA COM 30% DE DESCON-TO PARA ASSOCIADOS DA ADUFPA)

Exame de Bioimpedância: 20% de desconto

Contato: 91 98484-1818

Contato: 91 9163-7771

Contato: 91 3228-0447/98213-6000 Contato: 91 98588-7920/ 98748-2121 Contato: 91 99219-5926



